

Quarta-Feira, 23 de Setembro de 2026

Polícia Civil mira facção que usava cestas básicas para lavar dinheiro e ampliar domínio territorial

Combate às facções

Redação

O Grupo criminoso também utilizava empresas de alimentar para fortalecer atuação territorial de crimes

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou, na manhã desta quarta-feira (23.9), a Operação Janus para cumprir ordens judiciais contra integrantes de uma facção criminosa investigada por usar cestas básicas para lavagem de dinheiro obtido com ações criminosas.

Na operação, são cumpridas 14 ordens judiciais, sendo 11 mandados de busca e apreensão, além do sequestro de bens móveis e imóveis relacionados aos fatos apurados. Os suspeitos são investigados pelos crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa.

As ordens judiciais foram deferidas pelo Núcleo de Justiça 4.0 do Juízo das Garantias – Polo Cuiabá, com base em investigações conduzidas pela Gerência de Combate ao Crime Organizado e pela Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (GCCO/Draco).

As ordens judiciais são cumpridas em Cuiabá, Várzea Grande e Rondonópolis, além de Goiânia, capital de Goiás. Os trabalhos contam com o apoio de equipes da Delegacia Regional de Rondonópolis, da Delegacia Especializada de Crimes Fazendários (Defaz) e da Polícia Civil de Goiás.

Núcleo criminoso

Iniciada a partir da análise de materiais apreendidos em ações anteriores da GCCO/Draco, a investigação permitiu identificar a atuação de integrantes de uma facção criminosa, inclusive pessoas que, mesmo custodiadas, participavam da articulação de atividades ilícitas.

A investigação identificou que empresas formalmente constituídas para o comércio de alimentos e cestas básicas eram utilizadas pelo núcleo do grupo criminoso como instrumento para movimentar e dar aparência de legalidade a recursos obtidos por meio das ações criminosas.

Durante a apuração dos fatos, foi possível identificar a movimentação de recursos e o papel desempenhado por diferentes integrantes do grupo.

Dinâmica de assistencialismo

Segundo as investigações, o núcleo criminoso utilizava a distribuição de cestas básicas como uma forma de assistencialismo voltada a integrantes e simpatizantes do grupo criminoso.

Os elementos apurados apontam que os recursos utilizados na aquisição dos alimentos seriam provenientes, direta ou indiretamente, de atividades criminosas, especialmente tráfico de drogas e golpes virtuais. Posteriormente, os valores eram inseridos em operações comerciais simuladas, com o objetivo de ocultar ou dissimular sua origem.

Alguns integrantes eram responsáveis pela obtenção e movimentação dos recursos, enquanto outros atuavam na aquisição dos produtos e na logística de distribuição das cestas básicas.

Um dos investigados era apontado como responsável pela logística de distribuição das cestas básicas e pela tentativa de fortalecimento territorial do grupo criminoso por meio do assistencialismo.

Lavagem de dinheiro

A apuração também identificou empresas utilizadas para dar suporte à distribuição dos alimentos. Uma delas, sediada em Várzea Grande, movimentou R\$ 13,2 milhões em quatro anos, segundo os elementos analisados no processo, apesar de não apresentar estrutura física compatível com a atividade empresarial declarada.

A investigação patrimonial identificou movimentações financeiras consideradas incompatíveis com a capacidade econômica declarada de alguns dos investigados. Entre os casos analisados, há registro de movimentações superiores a R\$ 36 milhões em contas de uma das investigadas e de mais de R\$ 4,7 milhões em contas de outro alvo.

Descapitalização financeira

A operação tem como objetivo avançar na identificação e constrição do patrimônio relacionado ao grupo criminoso, interrompendo o fluxo financeiro utilizado para manter as atividades ilícitas e o chamado assistencialismo da facção criminosa.

Entre as ordens judiciais determinadas estão o sequestro de um veículo e de um imóvel localizado em Goiânia (GO), medidas voltadas à preservação de patrimônio que, segundo os elementos apresentados na investigação, pode estar relacionado ao produto ou proveito das atividades criminosas.

As investigações continuam com o objetivo de reunir os elementos necessários à conclusão do inquérito policial e à responsabilização dos envolvidos.

Nome da operação

O nome Janus faz referência ao deus romano Jano, tradicionalmente representado com duas faces.

A denominação remete à dupla finalidade identificada na atuação do núcleo investigado: de um lado, a aparência de assistencialismo proporcionada pela distribuição de cestas básicas; de outro, a utilização dessa estrutura para movimentar recursos de origem ilícita e tentar fortalecer o grupo criminoso e ampliar sua influência territorial.